



**PARECER PRÉVIO Nº 28/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10180/2013**

**Aposos:** Processos nº 10050/2013; 11804/2014; 11800/2014

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Uarini.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsável:** Sr. Francisco Togo Soares,, Prefeito, à época.

**6- Advogado:** Aniello M. Aufiero, OAB/AM nº 1.579.

**7- Unidade Técnica:** DICAM/DICOP/DICREA

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 555 /2018 – MPC - EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Uarini. Exercício de 2012.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas Anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1- Emite Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Uarini**, sob a responsabilidade do **Sr. Francisco Togo Soares**, Prefeito e Ordenador de Despesas, exercício 2012, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de dano ao erário, conforme as irregularidades 1 a 14 e 20, 22 e 25 do Relatório da DICAMI nº 914/2014 (fls. 4.974- 4.994) e 4/2018 (fls. 5.115-5119) e do item 3 do Relatório Conclusivo da DICOP nº 94/2013 (fls. 1.146-1.220).

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 06 de junho de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier



**PARECER PRÉVIO Nº 28/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JULIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Conselheiro Convocado

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 28/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10180/2013.**  
**Aposos:** Processos nº 10050/2013; 11804/2014; 11800/2014
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Uarini.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sr. Francisco Togo Soares, Prefeito, à época.
- 6- **Advogados:** Aniello M. Aufiero, OAB/AM nº 1.579.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP/DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas** Parecer nº 555 /2018 – MPC - EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas..
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Uarini. Exercício de 2012.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Prazo. Inabilitação. Autorização. Determinações.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1– Julgar irregular** a Prestação de Contas anual da Prefeitura Municipal de Uarini, sob a responsabilidade do **Sr. Francisco Togo Soares**, Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2012, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de dano ao erário, conforme as irregularidades 1 a 35 do relatório da proposta de voto e dos itens 12 a 14 do Relatório Conclusivo da DICAM nº 914/2014 (fls. 4.974-4.994) e 4/2018 (fls. 5.115-5.119) e dos item 3 do Relatório Conclusivo da DICOP nº 94/2013 (fls. 1.146-1.220);

**10.2 – Declarar em Alcance o Sr. Francisco Togo Soares**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Uarini, exercício 2012, no valor de **R\$ 1.327.567,76** (um milhão, trezentos e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e seis centavos), nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM, em virtude de pagamentos realizados, mas sem a identificação in loco dos serviços e materiais adquiridos, conforme discriminação:

**a. Valor de R\$7.900,00** por despesas realizadas e não comprovadas referente aos pagamentos de ajuda Financeira para algumas pessoas



**ACÓRDÃO Nº 28/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

relacionadas na impropriedade 12, considerando os princípios da motivação, interesse público, formalização e impessoalidade;

**b. Valor de R\$11.944,32** (12.093,44 - 149,12) e de **R\$7.591,12** (7.623,51 – 32,69) referente as divergências de valores referentes à Conciliação Bancária registrada nas Folhas de Conciliação Bancária, da Prefeitura Municipal, Conta Bradesco 3647-1, saldo em 31/12/2012, de R\$12.093,44, com o registrado no extrato mensal do referido Banco, saldo em 28/12/2012, R\$149,12 e da Conta Bradesco 3697, saldo em 31/12/2012, R\$7.623,51, com o registrado no extrato Mensal do referido Banco, saldo em 28/12/2012, R\$32,39;

**c. Valor de R\$ 1.300.162,32** referente à obras e serviços de engenharia não comprovadas a realização da despesa.

TÍTULOS	AUTORIZADA	REALIZADA
Outros serv de ter PF	R\$ 190.060,50	R\$ 190.058,50
Outros serv de ter PJ	R\$ 65.847,26	R\$ 61.718,80
Obras e Instalações	R\$ 308.839,00	R\$ 308.358,10
Obras e Instalações	R\$ 379.842,80	R\$ 343.490,67
Total	R\$ 944.389,56	R\$ 903.626,07
Aquisições de materiais de construção		R\$ 396.536,25
Total geral		R\$ 1.300.162,32

Acrescentam ainda aos os valores relativos às compras de materiais de construção diversos totalizando em R\$ 396.536,25, que somados a tabela acima, perfaz o total de R\$ 1.300.162,32, como despesas não comprovadas.

sm

**10.3 – Aplicar Multa ao Sr. Francisco Togo Soares**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Uarini, exercício 2012:

**a. No valor de R\$13.152,36**, treze mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos, 1.096,03 por mês, na forma do inciso II do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meios informatizado, de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos solicitados;

**b. No valor de R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (itens 12 a 14 do Relatório Conclusivo da DICAMI nº 914/2014 (fls. 4.974-4.994) e 4/2018 (fls. 5.115-5.119) e dos item 3 do Relatório Conclusivo da DICOP nº 94/2013 (fls. 1.146- 1.220);



**ACÓRDÃO Nº 28/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.4 – Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, a contar do Ofício de comunicação da Decisão, para que a Responsável comprove perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro do Município de Uarini do montante declarado em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei n. 2.423/96);
- 10.5 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);
- 10.6 - Remeter** os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 10.7 - Considerar o Sr. Francisco Togo Soares**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Uarini, exercício 2012, **inabilitado** por 05 anos para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança, em virtude da existência de graves infrações por ele praticadas, nos termos do art. 54 da Lei Orgânica-TCE/AM;
- 10.8 - Autorizar** a imediata remessa de cópia do Relatório da DICAMI nº 914/2014 (fls. 4.974-4.994) e 4/2018 (fls. 5.115-5.119), da DICOP nº 94/2013 (fls. 1.146-1.220), do Parecer Ministerial Parecer nº 2164/2014-DIMP-MP-EFC, desta Proposta de Voto ao Ministério Público Estadual para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto na alínea “b” do inciso III do art. 190 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM);
- 10.9 - Determinar à Origem**, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:
- não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012- TCE/AM;
  - encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei nº 2423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
  - dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei 10.028/2000), quanto aos RGF;
  - nas licitações e contratos, observe todas as regras estipuladas pela Lei federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao:





**ACÓRDÃO Nº 28/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da Lei federal nº 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da Lei federal nº 8.666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, §1º da Lei federal nº 8.666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei federal nº 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8666/93), entre outras;
- em caso de emergência que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93;
  - realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei federal nº 8.666/93;
  - utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei federal nº 8.666/93;
  - adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;
  - atenda ao estabelecido no art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que prever Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
  - cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
  - cumpra com rigor a Lei federal nº 8.666/93 em especial: a) Formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade; b) Formalização dos Contratos firmados; c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo: d1) número do processo e modalidade de licitação; d2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d4) campo específico do valor unitário e quantidade; d5) número do empenho sequencial e crescente; e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc.;
  - atenda com rigor os artigos 14; 16, 20 e 26 da Lei federal nº 8.666/93 que versam sobre as compras da Administração Pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo diploma legal;
  - observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCEAM.



**ACÓRDÃO Nº 28/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 06 de junho de 2018.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).  
**13.1 – Auditor Presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.  
**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**

Procurador-Geral, em substituição